

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
24/11/2016



Plenário do Senado aprova PEC da reforma política

Por 63 votos a favor e nove contra, o plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma política. O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados. A PEC estabelece uma cláusula de barreira que divide os partidos políticos em dois tipos: os com funcionamento parlamentar e os com representação no Congresso Nacional. Os primeiros serão os que obtiverem no mínimo 2% dos votos nas eleições gerais de 2018 e 3% nas de 2022. Essas legendas poderão ter acesso a fundo partidário e tempo de rádio e televisão, estrutura funcional própria no Congresso e terão direito de propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) ações de controle de constitucionalidade. Os partidos com representação no Congresso, mas que não superarem a barreira do número mínimo de votos, terão o mandato de seus eleitos garantido, mas perdem o acesso aos benefícios. Os políticos filiados a esses partidos terão direito de mudar de legenda sem perder o mandato. Mas, os deputados e vereadores que o fizerem não contarão no novo partido para fins de cálculo do tempo de televisão e o Fundo Partidário.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 24/11/2016

Dados da CNI mostram queda da atividade da indústria da construção em outubro

A atividade e o emprego na indústria da construção tiveram uma queda maior em outubro, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice de nível de atividade divulgado nesta quarta-feira (23) atingiu 40 pontos no mês passado frente a 41,5 pontos em setembro.

E o indicador do número de empregados assinalou 37,7 pontos ante 39,7 pontos em setembro. Segundo a entidade, para o setor voltar a crescer, é necessário estabilizar a economia, consolidar a confiança e retomar o investimento. A CNI acredita que esse quadro mantém empresários pessimistas e menos propensos a investir em novembro. A pesquisa da CNI mostra ainda que a ociosidade do setor continua elevada e a operação está abaixo do usual há diversos meses.

Fonte: Portal EBC - 24/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

Ajuste fiscal é medida mais importante para estados, diz Meirelles

A medida mais importante para que os estados saiam da crise financeira é o ajuste fiscal, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. O ministro disse que a divisão de cerca de R\$ 5 bilhões referentes à multa da repatriação ajudará no pagamento do 13º salário de servidores. “O mais importante é o ajuste fiscal dos estados, aquilo que diminui as despesas, permitindo que, mais para a frente, eles possam cumprir seus compromissos. Além disso, estamos repartindo a multa recebida, e isso vai facilitar que muitos estados possam pagar o 13º e cumprir seus compromissos de final de ano”, disse ministro. Meirelles deu as declarações em entrevista exclusiva divulgada nesta quarta-feira (23) pelo Portal Planalto. Terça-feira (22), após reunião com governadores no Palácio do Planalto, o governo anunciou que repartirá a multa, com a condicionante de que os estados façam o ajuste fiscal e retirem ações na Justiça sobre o assunto.

Ao longo do processo de repatriação, que durou de abril a outubro, o governo federal arrecadou R\$ 46,8 bilhões. O valor refere-se à cobrança de 15% de Imposto de Renda (IR) e 15% de multa sobre o que foi repatriado. A Constituição obriga a repartição do IR apenas com estados e municípios. No entanto, o Distrito Federal e 24 estados conseguiram liminares no Supremo Tribunal Federal que bloquearam, em uma conta judicial, a parcela equivalente aos estados.

Em vídeo, Meirelles afirmou também que o ajuste fiscal dos estados, ao lado do ajuste do governo federal, é que garantirá a recuperação da economia brasileira. “O Brasil vai voltar a crescer, criar empregos, a inflação vai cair e o brasileiro vai voltar a ter confiança no futuro”, disse o ministro.

Fonte: Portal EBC - 24/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

Libra Terminais demite 220 funcionários

DA REDAÇÃO

Pelo menos 220 trabalhadores da Libra Terminais foram demitidos na terça-feira. A informação é do presidente do Settaport (Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo), Francisco Nogueira.

Segundo ele, apesar da empresa trabalhar com o número de 220 profissionais dispensados, a quantidade correta seria de 270. A Reportagem entrou em contato com a Libra, que respondeu que não se pronunciará sobre o assunto.

Em março deste ano, a empresa começou um processo de desligamento de pessoas no terminal e o sindicato conseguiu uma liminar para evitar as demissões.

“Os 64 trabalhadores dispensados na época foram indenizados e ficou definido que as próximas demissões teriam de ser negociadas com o sindicato”.

De acordo com o sindicalista, a Libra não conseguiu fechar negócio com um armador novo na linha da Ásia e, por isso, não tem perspectiva para os próximos meses. “Eles teriam um efetivo ocioso muito grande”.

BENEFÍCIOS

Além da rescisão, os demitidos terão direito a quatro meses de vale-alimentação (R\$ 700,00 por mês) e cinco meses de plano de saúde pra toda a família.

“Lamento porque são trabalhadores com tempo de casa e qualificação, mas se houver melhoria no futuro, os demitidos terão preferência na contratação. Já os 300 trabalhadores que seguem na Libra terão garantia de estabilidade até março”.

Fonte: Jornal A Tribuna – 24/11/2016

Renan busca consenso para proposta de terceirização

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu nesta quarta-feira (23) o senador Paulo Paim (PT-RS) e representantes de centrais sindicais. Eles pediram que Renan interceda junto ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para que não seja votado em Plenário o Projeto de Lei 4302/1998, que prevê a regulamentação do trabalho terceirizado no setor privado e que tramita em regime de urgência.

Outro projeto aprovado na Câmara e já em tramitação no Senado, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, trouxe emenda que permite a terceirização das atividades-fim das empresas do setor privado. O senador Paim é relator da proposta na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil) e é contrário à terceirização na chamada atividade-fim. Além disso, o Supremo Tribunal Federal decidirá sobre conceito de atividade-fim na terceirização.

Fonte: Agência Senado - 24/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

Paulo Paim diz que apresentará relatório sobre terceirização na próxima quarta

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que na próxima quarta-feira (30) vai apresentar o relatório sobre o projeto que regulamenta a terceirização de mão de obra. O PLC 30/2015 já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda exame na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Paim lembrou que há quase 14 milhões de pessoas contratadas neste tipo de relação trabalhista. Ele afirmou que seu relatório não prevê a possibilidade de terceirização de mão de obra nas atividades-fim.

- É exatamente isso que o meu relatório apresenta. Garantindo o que a gente chama de uma segurança jurídica para empregado e empregador - disse o senador.

Fonte: Agência Senado - 24/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

Empresa é condenada por acidente com trabalhador que não recebeu treinamento nem EPIs

Ao tentar desobstruir uma máquina nas Usinas Itamarati, na região de Tangará da Serra, um trabalhador sofreu acidente de trabalho com amputação parcial de três dedos da mão direita. Ele havia sido menor aprendiz na empresa e, cerca de quinze dias antes do acidente, foi formalizado como empregado para trabalhar na função de carregamento de caminhões. Sem experiência, não tendo recebido qualquer treinamento para consertar o equipamento mecânico, tampouco o Equipamento de Proteção Individual (EPI), deparou-se com uma válvula entupida e ao tentar desobstruí-la com o equipamento ligado, sofreu o acidente, reduzindo sua capacidade para o trabalho em 19%, segundo laudo pericial.

A empresa foi considerada culpada pelo ocorrido e condenada pela 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MT) a pagar, nos limites do pedido, pensão mensal no valor de 19% da última remuneração até que o trabalhador complete 73 anos. Foi determinado, ainda, o pagamento de indenização de 45 mil reais para compensar o dano moral e estético.

Fonte: Jusbrasil - 24/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>